



## OUTROS SABERES, OUTROS ESPAÇOS E OUTROS OLHARES DE MULHERES MOÇAMBICANAS DA COMUNIDADE YAAWO

Sônia André<sup>1</sup>

*Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique, Maputo,  
Moçambique.*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre minhas experiências com práticas tradicionais/endógenas moçambicanas e minhas ancestralidades que são negadas de suas existências, como por exemplo, os ritos de iniciação femininos, popularmente conhecidos por Unyago, da comunidade Yaawo, da província do Niassa, Moçambique. Trazer o Unyago como um espaço de outros e múltiplos saberes/conhecimentos, espaço de (re)existência é um desafio em meio a olhares colonizados pelo ocidente e por nós próprios, moçambicanos, perpetuando o que o colonizador dissera sobre as práticas culturais e identitárias do nativo africano e moçambicano, em particular: “a cultura do nativo não é digna de uma sociedade civilizada”, (ANDRÉ, 2019); “a cultura do nativo é uma cultura do cão”, (ANDRÉ, 2019). Por esse motivo, pensar no “Outro diferente” possuidor de uma tradição milenar, de um lugar que assegure bases para o alcance de seus objetivos por meio do seu imaginário simbólico, dentro de suas particularidades, é de suma importância para a resistência e sobrevivência em meio a uma sociedade que procura hierarquizar os sujeitos possuidores de uma cultura aceitável ou não.

**Palavras-chave:** práticas tradicionais; Unyago; outros saberes e espaços.

### OTHER KNOWLEDGE, OTHER SPACES AND OTHER VIEWS OF MOZAMBICAN WOMEN FROM THE YAAWO COMMUNITY

**Abstract:** This article aims to reflect on my experiences with traditional mozambican practices, my ancestry are denied from their existence, such as the female initiation rites, popularly known as Unyago, from the Yaawo Community, in the province of Niassa, Mozambique. Bringing Unyago as a space for others and multiple knowledge, a space or resistance is a challenge amidst views colonized by the west and by ourselves mozambicans, perpetuating what the colonizer had said about the native's cultural and identity practices African and Mozambican, in particularly: “the native's culture is not worthy of a civilized society”; “the culture of the native is a culture of the dog”. For this reason, to think of the “Other different” who has a thousand-year-old tradition, of a place

---

<sup>1</sup> Tem Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Pará, Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Pós-Graduação (Especialização) em Ensino da Arte-Música, Licenciada em Música, Pela UFAL, Magistério pelo Instituto de Magistério Primário de Maputo, Atriz, Produtora e Diretora de Cinema. Pesquisadora de ICED/PPGED/GEPJUV/UFPA; GP Filosofia e Educação/Ensino de Filosofia/UFAL; IEDH/Moçambique; [soniatriz.musica@gmail.com](mailto:soniatriz.musica@gmail.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5080-7556>



that ensures bases for the achievement of his goals through his symbolic imagery, within its particularities, is of paramount importance for resistance and survival in a society that seeks to hierarchize the subjects with an acceptable culture or not.

**Keywords:** Traditional practices; Unyago; Other knowledge and spaces.

### **OTROS CONOCIMIENTOS, OTROS ESPACIOS Y OTRAS VISIONES DE LAS MUJERES MOZAMBIQUEÑAS DE LA COMUNIDAD YAAWO**

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo reflexionar acerca de mis experiencias con prácticas tradicionales/endógenas mozambiqueñas y mis ascendencias que son negadas de sus existencias, como por ejemplo, los ritos de iniciación femeninos, popularmente conocidos por Unyago, de la comunidad Yaawo, de la provincia del Niassa, Mozambique. Traer el Unyago como un espacio de otros y múltiples saberes/conocimientos, espacio de (resis) existencia es un reto en medio a miradas colonizadas por el occidente y por nosotros mismos, mozambiqueños, perpetuando lo que el colonizador dijera acerca de las prácticas culturales e identificadoras del nativo africano y mozambiqueño, en particular: “a cultura do nativo não é digna de uma sociedade civilizada”; “a cultura do nativo é uma cultura do cão”. Por este motivo, pensar en el “otro diferente” poseedor de una tradición milenaria, de un lugar que asegure bases para el alcance de sus objetivos por medio de su imaginario simbólico, dentro de sus particularidades, es de suma importancia para la resistencia y sobrevivencia en el medio de una sociedad que busca jerarquizar los sujetos poseedores de una cultura aceptable o no.

**Palabras-clave:** prácticas tradicionales; Unyago; otros saberes y espacios.

### **AUTRES CONNAISSANCES, AUTRES ESPACES ET AUTRES POINTS DE VUE DES FEMMES MOZAMBICAINES DE LA COMMUNAUTÉ YAAWO**

**Resumé:** Cet article vise à réfléchir sur mes expériences avec les pratiques mozambicaines traditionnelles / endogènes et mon ascendance qui sont niées de leur existence, comme les rites d'initiation féminins, populairement connus sous le nom d'Unyago, de la communauté Yaawo, de la province de Niassa, Mozambique. Faire d'Unyago un espace pour les autres et de multiples savoirs, un espace de rexistence ou d'existence est un défi au milieu de vues colonisées par l'Occident et par nous-mêmes, Mozambicains, perpétuant ce que le colonisateur avait dit sur les pratiques culturelles et identitaires du indigène africain et mozambicain, en particulier: «la culture de l'indigène n'est pas digne d'une société civilisée»; «La culture de l'indigène est une culture du chien». Pour cette raison, penser à l'«Autre différent» qui a une tradition millénaire, d'un lieu qui assure les bases de la réalisation de ses objectifs à travers son imagerie symbolique, dans ses particularités, est d'une importance capitale pour la résistance et la survie en une société qui cherche à prioriser des sujets avec une culture acceptable ou non.

**Mots-clé:** pratiques traditionnelles; Unyago; autres savoirs et espaces.



Falar de outras formas de aquisição de conhecimentos permite-me refletir sobre meus lugares de fala, resistência e existência. É por esse motivo que, antes de discorrer minha exposição, irei chamar minhas ancestralidades para que façam parte deste momento de escrita e construção. Chamar minha mãe, avó e todas as mulheres dos meus vilarejos. Mães que me mostraram o caminho, que me colocaram no colo. Mães e mulheres que com sua voz ou silêncio permitiram que eu trilhasse nas pegadas que elas caminharam. Pedir licença às mestras e mestres que me antecederam.

Mas, por que chamar sua ancestralidade? Porque aprendi com essas mulheres do meu vilarejo e de minhas ancestralidades o que a escola e outros lugares de negação me proibiam de fazer. Enquanto, por um lado, fui educada pela escola tida como formal e as religiões cristãs, dos olhares ocidentais, cujo seus caminhos são lineares a negar minhas origens, saberes, construção de conhecimento de ancestralidades, as mulheres do meu chão mostravam-me os valores dos meus antepassados, dos meus avós e dos membros mais velhos por meio de suas conversas ao redor da fogueira, embaixo daquela árvore frondosa. Isso carrego comigo onde quer que eu vá fazendo parte das marcas das minhas pegadas.

Elas me ensinaram, ou melhor, me lembravam o tempo todo de que vivemos em sociedades nas quais cada vez mais são exigidos títulos acumulados ao longo de nossas formações. Estes nos permitirão fazer parte de um grupo minoritário, o qual é seletivo por essas titulações (Licenciadas/os, Mestras/es, Doutoradas/res e suas especializações). E quanto maior for o grau, maior respeito se conquista nas sociedades. Assim vemos, na realidade de meu país, Moçambique, muitos sujeitos perdendo seus nomes para os títulos de Doutoradas/es – Doutor/a aqui, Doutor/a ali.

Minha avó e as mulheres do chão do meu vilarejo disseram-me: “filha, dentro e durante suas caminhadas, caminhe com os pés no chão, e faça o favor de nunca perder seu nome”. Dessa forma, estavam me vacinando contra a síndrome de “Doutorite”.

Quando perdemos os nossos nomes para os títulos frutos dos tais conhecimentos acumulados, que nos permitem fazer parte de um grupo seletivo, as pessoas que conosco convivem também perdem suas identidades. Porteiro/guarda, senhora da limpeza das casas de banho (banheiros) da escola, cuidadora dos meus filhos, empregada lá de casa, coveiro, servente. “Seu” (senhor) Sebastião perdeu o nome para Porteiro/guarda. Dona Joana perdeu seu nome para Senhora da limpeza das casas de banho da escola. A Sara



para a Cuidadora dos meus filhos, seu (senhor) José para Coveiro, a Tereza para Empregada lá de casa, e tantas/os e outras/os que perderam suas identidades.

Daí a necessidade de chamar minhas ancestralidades para que, comigo, dialoguem com quem irá se deparar com estes escritos, frutos de minhas reflexões junto com meu orientador, Professor Walter Matias Lima<sup>2</sup>, sobre outras formas de ser e estar neste mundo cujas mentes lavadas pelo pensamento ocidental – tido como o único e válido a ser seguido – precisam ser descolonizadas. Ele, Lima, permitiu-se transitar, comigo, nesta caminhada de mulheres dos meus vilarejos e apontar caminhos, sabendo-se colocar à disposição na organização da Tese de Doutorado e demais partilhas, sem nenhum complexo de superioridade, mas como companheiro de caminhada. Ele faz valer o ditado que diz: "Não caminhes à minha frente: posso não poder seguir-te; não caminhes atrás de mim: posso não saber guiar-te; Caminha ao meu lado e simplesmente sê meu amigo." Assim foi a caminha.

Depois de ter chamado minhas ancestralidades e mestres de caminhadas para que pudessem me acompanhar nesta caminhada em que trago minhas experiências em espaços vistos como não-comuns para nossas existências, eis que trago “outros saberes/conhecimentos – olhares – outros espaços” dignos de suas existências, apesar de negados pelos sistemas tidos como hegemônico, desde o período colonial até a atualidade. Essa negação ainda é resquício de um colonizador que soube, de alguma forma, eu digo, deixar suas marcas de colonizado vivas na mente de muitas e muitos, as quais se manifestam de várias formas.

Esta negação ocorre no momento em que ensinamos nossas/os filhas/os a não falarem as línguas maternas de suas avós e avôs, alegando que estas/es serão interpretados como atrasadas/os, e quando queremos que nas festas de aniversários de nossos entes queridos os bolos sejam com temáticas de personagens brancas, louras e magras da Disney. Acontece também quando reprimirmos os que cultuam suas ancestralidades e suas manifestações identitárias, e até mesmo ao solicitarmos que os estudantes ou pessoas que tenham uma escolaridade inferior à nossa nos chamem de Doutoradas/res estamos negando a existência da/o outra/o diferente com tudo que a/o compõe.

---

<sup>2</sup> Meu Orientador de Mestrado e Doutorado. Líder do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação: Ensino de Filosofia, na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Membro da Coordenação do Programa Pós-Graduação em Educação da UFAL



Ao negarmos nossas práticas culturais e identitárias, como os ritos de iniciação, dos quais irei narrar minha experiência mais adiante, caminharemos de encontro a outras existências que são válidas e dignas de seu respeito. Observe-se que ao me referir a “dignas de validade e respeito” não estaria incutindo nas mentes dos que não acreditam nestas outras formas de ser e estar para que passem a crer nelas, mas que as respeitem, pois vivem em uma sociedade em que os direitos a eles consagrados devem ser respeitados.

Assim, se não podem ser respeitados como parte de suas existências, que seja pelo cumprimento das normas que nos regem enquanto sujeitos que têm direitos iguais perante a Lei. Dessa forma, estaríamos num caminho rumo a uma sociedade mais justa, humana e igualitária. Humana de forma que não nos consideremos apenas seres racionais ou bípedes, mas porque mereçamos. Nos consideramos seres bípedes, mas não somos nada. Não basta ser bípede para ser humano ou para ser pessoa. Neste sentido são os dizeres do professor Anderson de Alencar Menezes, durante uma webconferência sobre “Ciência, Racionalidade e Espiritualidade em tempos de pandemia”<sup>3</sup>: É preciso muito mais para sermos seres bípedes.

Para tal, precisamos deixar de lado nossos seres narcísicos, sociopatas, canibais verbais, canibais culturais, canibais sociais; deixarmos de ser pessoa enfeitiçada com a vida pessoal, com nossos próprios prodígios, insuflados em nossos próprios egos, permitindo que outros diferentes mereçam o espaço que ocupam com suas crenças, formas de ser e estar, cultura e tudo aquilo que os faz eles por excelência. Aí sim, seremos seres bípedes, pessoas, seres humanos.

A falta de respeito e humanidade para com o espaço do outro é sinal de insensibilidade. Esta insensibilidade gera apatia, a qual nos leva à cegueira moral, reafirmando o que o colono mostrara: a cultura do nativo não é de uma sociedade civilizada, é uma cultura do “cão”. Sartre, citado por Menezes em uma webconferência: ciência, racionalidade e espiritualidade em tempos de pandemia (2020), diz que é fundamental restituir a humanidade à sociedade, dos “eus” reais, e não dos narcisados e colonizados. Para isso, é preciso que nos reinventemos a cada instante, e isso só será possível se tivermos uma mente não colonizada, que não negue outras existências e outros “eus”.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mhfmVPydcC8>. Acessado em 07 de maio de 2020.

Estas reflexões são fruto de minha entrada aos ritos de iniciação femininos do grupo étnico yaawo, da província do Niassa, presentes no filme KU'UMBALA (2019), e de minhas vivências com outras formas de transmissão de saberes em lugares tidos como não dignos de aquisição de conhecimentos, os quais reporto como espaços de múltiplos saberes, de pertencimento, de existência, de religiosidade, de ancestralidades e, porque não, de resistência. Sim, de resistência, pois algumas práticas tradicionais e culturais moçambicanas sofreram e continuam sofrendo perseguição desde o período colonial até à atualidade. Chamo vossa atenção para que entendam o termo tradicional, não como algo atrasado, estagnado, mas como algo presente e legítimo de sua existência.

Esta perseguição vem do colonizador e dos que, de alguma forma, impregnaram seu discurso colocando toda a cultura do povo nativo como a cultura do “cão”, cujo abandono deveria e deve ser urgente, para que este se tornasse culto, ou como diziam, “assimilado” ou civilizado, digno de fazer parte de uma sociedade que “digna” de seus membros.

Após a independência moçambicana, proclamada em 25 de junho de 1975, o país, guiado pelos princípios socialistas e moldado pelo pensamento eurocêntrico, propôs-se a formar o “Homem Novo” (Lei do SNE de 1983), livre de todas as práticas culturais consideradas obscuras e nocivas. Ele, o “Homem Novo” seria, pois, despido de todas as raízes culturais de seu povo.

Tal abandono seria a continuação do pensamento colonial, o qual considerava a cultura do povo moçambicano um atraso para o avanço à civilização e rumo à unidade nacional (ANDRÉ, 2019, p. 20). Nesse contexto, os ritos de iniciação, popularmente conhecidos por *Unyago*, por serem uma das práticas mais tradicionais e identitárias do povo *Yaawo*, foram também proibidos de suas manifestações e vivências.

Embora eles, os ritos de iniciação ou *Unyago*, tenham sido proibidos, continuam a ser praticados de forma escondida, longe dos olhos do Estado moçambicano e das autoridades políticas do país, pois foi e é tido como ferramenta de transmissão de valores e ensinamentos importantes à sociedade, os quais não são transmitidos em outros espaços (ANDRÉ, 2019, p. 22). Na atualidade, mesmo com algumas ressalvas, as comunidades praticantes destes rituais têm informado às autoridades locais (líderes comunitários e governantes) sobre sua realização. Esta comunicação deve-se ao fato do governo ter percebido que as comunidades continuavam praticando o *Unyago*, e para que as crianças não deixassem de ir à escola a favor de suas práticas, uniu-se a essas por meio do Plano



Curricular de Ensino Básico (PCEB), concordando que “os ritos de iniciação partem dos Sistemas de Educação Tradicional com objetivos de transmitir normas e valores de uma sociedade” (2003, p. 12), cuja prática deve ser realizada em período de férias escolares, para que não haja evasão escolar.

Para vários defensores do *Unyago*, com a proibição oficial das práticas culturais, houve a destruição e a abolição também das autoridades tradicionais, então responsáveis pela transmissão de valores e saberes à sociedade. Ou seja, foram caçadas, destruídas e desconstituídas, a exemplo do que foram as perseguições de religiões de matrizes africanas no Brasil, com destaque ao “Quebra de Xangó”, em Maceió – AL, no ano de 1912. Nele, terreiros de Xangó foram invadidos e depredados e seus líderes, *Yalorixás* e *Babalorixás*, espancados e mortos, como no caso da Tia Marcelina.

Com essa destruição, não é possível a edificação dos valores que podem ser vistos como modelos e referência para as gerações vindouras. Esta visão destrutiva não concebe o *Unyago* como um ritual com finalidade social de transmitir saberes necessários para que seus sujeitos se insiram na sociedade da qual fazem parte. Ele é um ritual de passagem realizado há centenas ou milênios de anos, como disse uma das *cianakanga*<sup>4</sup> dentro do espaço sagrado:

este espaço e esta cerimônia são a nossa escola e nossa religião. Antes da chegada do branco, aqui aprendemos e pedimos bênçãos aos nossos, ao ser supremo por intermédio de nossos antepassados. Como não fazemos o que nossos ancestrais deixaram para nós como guia de vida? Como negarmos nossa forma de ser neste mundo?

Esta prática secular, senão, milenar, consiste na transmissão de saberes que permitirão que o sujeito ou a “a sujeita” passe da fase da infância para a adulta. Entendamos que o ser criança ou adulta/o, para estas comunidades, determina-se não pela sua idade cronológica, mas pelo fato de ter passado ou não por este processo ritualístico, por meio de códigos que serão impregnados nos corpos, possibilitando-os dialogar com outros corpos, se concretizando, assim, o pertencimento da comunidade que a viu nascer.

A minha experiência com os ritos de iniciação femininos, da comunidade Yaawo, foi motivada por várias inquietações. Uma delas se refere à realização do filme ‘A espera’ (ANDRÉ; VASCONCELOS, 2016), o qual narra a prática de casamentos prematuros em

---

<sup>4</sup> Plural de *anakanga*. São líderes espirituais, curandeiras, educadoras, responsáveis pelos ritos de iniciação e dos saberes da e para a comunidade.



Moçambique ou “União Forçada”, de acordo com a Lei (Lei nº 19/2019). Durante as gravações, os ritos de iniciação foram apontados como uma das causas que levavam às uniões forçadas e à evasão escolar por parte das meninas. Assim, surge a necessidade de entender de perto o que este ritual ensina a ponto de ser apontado como o vetor principal deste drama que coloca Moçambique em 10º lugar no ranking internacional desta prática, negando os direitos básicos de muitas meninas ao permitir que elas se casem antes de 18 anos, mesmo sem que elas tenham oportunidades de escolhas.

Mas, também, couberam e cabem questionamentos, como o caso do Brasil que, segundo o UNICEF (2009) e o *World Bank*, entre outras pesquisas, saiu do 2º (2015/16) para o 4º lugar (2017/18). Se os ritos de iniciação são a causa principal para os casamentos prematuros e gravidez precoce e, conseqüentemente, o não desenvolvimento do país, a quais ritos as meninas brasileiras são submetidas? A Ásia, Europa e Américas têm seus rituais bem enraizados e praticados por todos da sociedade e com seus países desenvolvidos. Não estaríamos transferindo a responsabilidade e atribuição do Estado e dos governos à cultura que caracteriza um povo? O intuito destes questionamentos não é dizer que não, mas ponderar que pode ser que não seja uma das causas, para essas zonas, pois estão associados a muitos outros fatores, sobre os quais poderíamos refletir, abrindo outras páginas.

Ainda, também, para reafirmar a ideia de que: para melhor conhecimento de uma determinada cultura, povo ou do outro diferente, faz-se necessário estar inserido no espaço desse outro e de suas relações. Dessa forma, me ancorando em Geertz (1989, p. 15), para melhor entendimento das teias tecidas pelos sujeitos daquela comunidade, permiti-me passar por eles, mesmo eu sendo do grupo étnico Chope. Essas teias são a existência de significados que orientam qualquer ser humano com símbolos, e o simbólico, por sua vez, interagindo numa reciprocidade de dois grupos étnicos diferentes (o Yaawo e o meu, Chope), com várias camadas de complexidade e uma interação recíproca, na tentativa de compreender esta cultura, que ao mesmo tempo em que me é próxima, me é distante (ANDRÉ, 2019, p. 55).

Ao me terem permitido estar no espaço sagrado dos *wayaawo*, ratificou-se em mim a importância de espaços como aquele, cujo valor é inquestionável na e para a comunidade que a pratica. Naquele momento me restava apenas permitir que aquelas energias de tamanha magnitude tomassem conta do meu corpo e as vivenciar. Só quem por lá passa, que se deixa atravessar por outras cosmologias, outras “visões de mundo”,



sabe. Para quem não passa e nem espera passar, saiba que existem outras formas, espaços e saberes, e as respeitem, apenas. Repare que ao dizer “ao me terem permitido”, não me refiro apenas à permissão de pessoas físicas, mas, e sobretudo, pelas ancestralidades. Estas foram consultadas sobre minha participação naquele momento, uma vez já ser adulta e de um grupo étnico diferente.

O espaço do Unyago é um lugar de transmissão de saberes fundamentais para os sujeitos que compõem aquelas comunidades. A minha entrada no N'rondo (terreiro, espaço sagrado dos ritos de iniciação femininos) me permitiu observar o outro “diferente e igual”, “distante e próximo” de mim e, assim, desconstruir construtos edificadas sobre o *Unyago*. Permitiu-me entender que outros saberes e conhecimentos nos interpelam e são legítimos de existência de preservação, e é a partir desta preservação e valorização que se efetivará a tal unidade nacional, como bem falado por Castiano, durante o X Festival de Cultura em 2018, no Niassa (ANDRÉ, 2019).

Este é um espaço em que a transmissão de saberes é feita das mais velhas às mais novas, ou por quem já tenha passado pelo ritual, pois assim é considerada apta para esta tarefa. Nada é escrito, apenas escutado e guardado na memória sensorial, afetiva, corporal, histórica e ancestral, divina por meio dos códigos ali oferecidos.

Em escritos do malinês Amadou Hampâté Bâ (acessado em novembro de 2020), é narrado que, em comunidades cuja transmissão de saberes tem base na oratura (oralidade), como é o caso dos *yaawos*, há uma forte relação entre o sujeito e a palavra, pois esta é tida como sagrada por quem a profere, transportando forças ancestrais. Sendo assim, é um valioso instrumento para a edificação das histórias de um povo, pois as sociedades que têm a fala como seu meio de passar seus conhecimentos, entendem-na como forma de preservação da sabedoria ancestral (VANSINA, 2013, p. 139).

Ao lado de símbolos presentes nesses espaços, a oratura é elemento de ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos, servindo de mola propulsora na aquisição da cultura de suas comunidades, transmitidas de geração em geração. Ela é uma fonte identitária de cada sociedade, com capacidade de retratar a realidade, as experiências e suas formas de vida dentro de seus contextos e de suas relações sociais.

Na África, em geral, a morte de um membro mais velho significa a perda de uma biblioteca, pois é na tradição oral que reside a herança histórica, ancestral e divina da África e de Moçambique, em particular. É na sua memória que estão guardadas as pegadas do passado que ficaram e que não merecem ser marginalizadas. Neste sentido,



Hampaté Bâ (2010, p. 168) nos lembra que “a escrita é fruto da oratura<sup>5</sup>”, ou seja, antes de se escrever, primeiro acontece a oratura. Daí a necessidade de nos apoiarmos na oratura de maneira a preservarmos a história do povo africano ou dos povos tradicionais, como o das comunidades *Sataré Mawe*, *Vasukokau*, *Yanomami* (povos nativos das Américas e do Brasil, em particular) e dos Quilombolas.

O espaço para se transmitir a palavra é de fundamental importância. Na educação escolarizada tradicional, a palavra proferida pelo professor é transmitida em lugares específicos, sendo estes, as salas de aula. No *Unyago*, a palavra é proferida no *n'rondo*, local sagrado onde é realizado o *umbala* (processo ritualístico), sendo o único espaço permitido para a transmissão dos saberes que possibilitarão a inserção da *mwadi*, (inicianda), na comunidade. Isso reforça que a palavra dentro de sociedades tradicionais africanas tem força e arquitetura comprometimento com o sagrado, com o divino e com a ancestralidade. O *Unyago*, segundo uma das *cianakanga*, é o lugar onde a palavra para questões educacionais, religiosas e de suas religiosidades se materializam. É um lugar sagrado, conclui.

É a palavra proferida no espaço sagrado dos ritos que confere pertencimento às iniciandas na comunidade em que estão inseridas, o que mostra que a educação nestes espaços vai além dos ensinamentos que podem ser adquiridos em escolas tidas como formais, regidas pelo Estado. *Cianakangas*/guias espirituais e religiosas e seus familiares são a célula primeira, se não, fundamental pelas quais as iniciandas devem receber saberes para suas vidas. São elas que “ministram” as primeiras lições da vida, não somente a partir da experiência, mas também, por meio de histórias, lendas, ditados, mitos e provérbios.

Esta transmissão ocorre por meio de cantigas, do olhar e do corpo em movimento, que transportam a mensagem e dialogam com o outro corpo. Os corpos falam. Vale salientar que *cianakanga* são líderes não apenas responsáveis pelos saberes a serem transmitidos às iniciandas, mas também dos segredos de cura e da relação com a natureza.

Eles são uma outra escola, como falado pelas *cianakanga*, por algumas das pessoas interpeladas durante minhas pesquisas de Doutorado, em 2017 ao me terem dito que:

1. Os ritos de iniciação não são o que as pessoas que nunca passaram por eles dizem, acham e ouvem. Já ouvi dizer de algumas pessoas que quem passa pelos ritos, ajuda que a prostituição aconteça entre as mulheres ou meninas. Não é

---

<sup>5</sup> Se temos Literatura, teremos Oratura.



verdade! [...]Uma coisa é certa: a mulher é nossa deusa, por isso todo carinho e atenção precisam ser demonstrados. [...]. Os ritos são uma escola da vida. Eu levarei meus filhos e filhas para lá (para serem iniciadas e iniciados).

Outro interpelado, professor moçambicano e cursando doutorado em uma das universidades brasileiras disse:

2. Passei pelos ritos de iniciação ou de passagem na província de Nampula, dentro do grupo étnico *mákua*, ainda pequeno. Para mim, os ritos de iniciação em sociedades culturalmente tradicionais são de extrema importância, e que continuem existindo nessas comunidades. Eles são seu modo de vida, pois são processos de transmissão de hábitos, princípios, valores dessas sociedades que vêm sendo transmitidos de geração em geração. O seu desaparecimento seria aniquilar uma comunidade com tradições milenares. Claro que existem coisas que precisam ser repensadas em pleno século XXI. Diferente de alguns países africanos que realizam a mutilação genital com o objetivo de eliminar o prazer das mulheres, em Moçambique é o contrário. Não tenho muito o que falar sobre elas, mas sei que elas desenvolvem técnicas que só elas sabem para o domínio de seus próprios prazeres e sedução. Por isso se escuta muito que as mulheres do Norte conquistam muito os homens. Que os homens do sul, quando se casam com as mulheres do Norte, não voltam mais aos seus grupos étnicos. Não se trata de não voltarem, mas sim, de que elas têm o poder sobre os homens. Um poder para o bem, que dominam a relação não apenas para o belo prazer do homem, mas delas também. Elas são muito sedutoras. Eu consigo reconhecer uma mulher do norte e do sul só pelos gestos, mesmo sem pronunciar palavra alguma. Isso é poder. [...]. Nesse sentido, os ritos são uma oportunidade de transmissão desses saberes por pessoas preparadas para essa tarefa, que a escola não nos permite. [...]. Os ritos de iniciação são uma escola única e devemos lutar pela sua preservação, mas procurando repensar algumas formas de transmissão desses saberes e permitir que as pessoas que transmitem esses conhecimentos tenham outras formas de entender o que a sociedade atual está passando, para que se adequem.

É isso que se tenta negar de várias formas e frentes, suprimindo, dessa forma, nossas existências a favor do que o “lado de lá” nos oferece. “Um país colonizado como Moçambique acredita mais naquilo que é aceito do lado de fora” (ENTREVISTA com CHIZIANE, 2019).

Assim, pergunto-me: quantos de nós falamos de nossas raízes identitárias com orgulho? Quantos de nós olham para as práticas tradicionais com desdém e importam formas de ser e estar do ocidente, tidas como modernas, certas e belas a serem seguidas? Quantos de nós olhamos para a religiosidade, a medicina e o pensamento de nossas líderes, *tiyanga*, *ciangadiba* tradicionais como algo que mereça respeito ou até mesmo estudos mais aprofundados para o avanço da ciência? Quantos de nós, durante o dia, vamos aos hospitais e, na calada da noite, procuramos por médicos tradicionais, pois os



mesmos não podem ser vistos à luz do dia, sob pena de serem rotulados como atrasados ou feiticeiros? Quantos de nós lotam as igrejas cristãs durante o dia, e na calada da madrugada vão se confessar com seus líderes espirituais tradicionais?

O colonizador foi-se fisicamente das terras moçambicanas, mas permanece vivo na mente e nas ações de muitas/os que têm aquele lado do mundo como modelo de vida e de existência. Nossa independência é tão recente que as marcas ainda estão vivas por todo lado, em especial, na negação do outro diferente, que reverencia sua tradição e cultua suas ancestralidades. Negamo-nos a ver que essa visão eurocêntrica das coisas fez e faz com que eles se achassem e se achem superiores aos demais povos, em particular, aos africanos e ameríndios, recusando-se a dialogar, e muito menos escutar ou conhecer a voz entalada das/os marginalizadas/os e negadas/os de suas existências, ou acolher o outro diferente, com suas formas de pensar e de ver o(s) mundo(s).

Para que se acolha este “outro diferente” e para que esta outra forma de pensar e estar no mundo seja respeitada, há que se reconhecer os pontos de vista destes sujeitos que mantém suas raízes identitárias num espaço que se luta para sua negação. Para tal, houve a necessidade de compreender e dialogar com elas como “sujeitas”, cuja “razão não pode ser reduzida aos meros mecanismos da técnica e da ciência” (MENEZES, 2014, p. 127) e dos governos, ONGs e igrejas cristas neopentecostais, que estão enchendo o país, e procuram eliminá-las.

Com a negação de algumas práticas culturais e tradicionais alegadas como portadoras de obscurantismo, Moçambique mostrou concordar com as divisões de classe plantadas pelos colonizados, ao colocar uma cisão entre o que seria conhecimento validado pelo europeu e o conhecimento do indígena moçambicano. Na atualidade, ao encontrarmos movimentos que também lutam pelo fim do *Unyago*, acusando-o de causador de casamentos prematuros em Moçambique, questiono: e nos locais em que não se pratica o *Unyago*, o que estaria por trás de tais casamentos, que colocam Moçambique em 10º lugar no ranking mundial, enquanto o 4º lugar é ocupado pelo Brasil? A quais ritos as meninas brasileiras são submetidas? Não seria mais uma justificativa para negação de uma prática tradicional milenar, cujo escrutínio não está nos moldes ocidentalizados ou tidos como “civilizados”?

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas reflexões sobre outras formas de saber, espaços e olhares, os convido a sermos sujeitas e sujeitos que acolhem inúmeras biografias de vida e de visões de mundo ocultadas pelos sistemas hegemônicos. Que cada um(a) de nós se permita passar por experiências e histórias de vida de outros “eus”, pois “um sujeito que é pobre em experiências sociais empobrece sua relação com o Outro Diferente [...]”. O respeito ao outro “eu” é a maior riqueza que o ser humano pode configurar para sua vida. [...] É imprescindível que encontremos alguém que nos destrói e nos reconstrói conceitualmente” (LIMA, 2018, p. 102). Permitamos que os saberes, olhares e espaços de outros “eus” nos atravessem, nos desnudem e nos dispam.

Que criemos um espaço em que não sejam perpetuados a desigualdade, o individualismo, o narcisismo e canibalismo verbal e cultural, característicos da desumanidade. Que não separemos ou dividamos os sujeitos que nos interpelam, uma vez que separar é constranger, e dividir em classes é manipular, conforme diz Adorno (2010, p. 29). Que não existam culturas que mereçam se perpetuar ou ser banidas de suas existências. Assim como menciona Lima (2018, p. 102), é difícil sair da caverna depois de anos acumulados vivendo nela, mas quando nos propomos a sair, nos deparamos com horizontes que nos possibilitam enxergar nossas ignorâncias.

O Unyago é um lugar das bionarrativas, onde se ensina não só a estar com o outro diferente, mas também a se ter o cuidado com o que nos rodeia, com a natureza, pois a natureza somos nós, nós somos o ecológico (MALOMALO, Vol. 340, 2010, 2020). Fraternidade, união, sentir, olhar compassivo, um lugar que permite as sinfonias universais, em que se aceita a/o outra/o com sua corporeidade, espiritualidade, racionalidade, historicidade e nos faz rever nossas costuras e bordas. Ensina-se a olhar o outro com afeto que comunica, que dialoga, que cuida. O espírito de partilha, de se preocupar com a/o outra/o, do cuidar umas as outras, uns aos outros, fazem parte de uma ética chamada ubuntu (MALOMALO, 2020; RAMOSE, 2010), típica de comunidades africanas em suas formas de ser e estar. Somos convidadas/os a não ter cuidado apenas, mas a sermos cuidados.

Os ritos ensinaram-me o que a escola e as academias não me ensinaram todo este tempo de minha caminhada acadêmica. E ensinaram-me a pensar juntos, criar juntos, construir juntos. E jamais pelos narcisos insuflados em nossos próprios egos. Na escola fui educada pela cognição e mecanicismo. E não pelo cuidado, pelo sentir, sensibilidade. E não pela arte, pelo corpo que dialoga com o outro corpo.

Entendo a importância dos espaços dos ritos e rituais. Do espaço do Unyago! Desta congregação feminina, lugar de mulheres onde flui a feminilidade, típico da natureza que emana em nós, onde a educação dos corpos, do ser e da existência e resistência se materializa! Este espaço é um lugar de educação e emancipação das mulheres, a partir da resignificação dos seus corpos e seres. Aprendi que este espaço sagrado é e pode ser um lugar de diálogo onde o ontem e o hoje podem se dar as mãos rumo a uma sociedade mais justa, mais humana e de equidade, pois o lugar da mulher é muito mais que enrolar esteira e seu corpo disponível ao sexo oposto como mero objeto de recepção de prazeres alheios.

Que o rebolar seja, acima de tudo, um exercício para entender caminhos de seus próprios prazeres! Que a lenha que carregam não seja apenas para preparar os alimentos para seus maridos e filhos, mas que seja sinal de força viva e ancestral que aquecerá e iluminará a humanidade inteira!

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, S. O Unyago na Educação da menina/mulher entre o povo yaawo da província do Niassa/Moçambique. *Tese de Doutorado*, UFAL, Alagoas, 2019.

ANDRÉ, S.; VASCONCELOS, N. À Espera. Filme, *Thandy Produções e Estúdio Atroà*, Moçambique, 2016.

ANDRÉ, S. (Produtora e Atriz); Vasconcelos, N. (Direção), KU'UMBALA. Filme, *Thandy Produções Culturais*, Moçambique, 2019.

BÂ, A. H. A educação tradicional na África. Disponível em <<http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/A-educacao-tradicional-naAfrica.pdf>>. Acesso em novembro de 2020

BÂ, A. H. Tradição viva. In: História geral da África I. ZERBO, J.K (org.). Brasília: MEC/Unesco, 2010.

CASTIANO, José P. Os saberes locais na Academia: Condições e Possibilidades da sua Legitimação, Universidade Pedagógica/CEMEC. *Maputo*, 2013.

CHIZIANE, Paulina. Entrevista concedida a <https://grafiasnegras.blogspot.com/2019/03/>

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, *Zahar*, 1989.

LIMA, J. A. O. H. Educação: contributos para um fazer epistemológico e identitário. 2018. *Dissertação (mestrado)*, Universidade Federal de Alagoas, 2018.

MALOMALO, Bas'ilele. Justiça teórica do matriarcado africano para se pensar a África contemporânea. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 31, dez 2019 – fev 2020, p. 48-71.

\_\_\_\_\_. Eu só existo porque nós existimos. In. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Tradução: *Luís Marcos Sander*. Vol. 340, 2010.

MENEZES, Anderson A. Educação e emancipação: por uma racionalidade éticocomunicativa. Maceió: *EDUFAL*, 2014.

PLANO CURRICULAR DE ENSINO BÁSICO, 2003

RAMOSE, Mogobe. A importância vital do “Nós”. Tradução: Luís Marcos Sander. In. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Vol. 340, 2010.

UNICEF, Casamentos prematuros e gravidez na adolescência em Moçambique, 2009

VANSINA, J. A Tradição Oral e sua Metodologia, 2013. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/25092013/a-tradicao-oral-e-sua-metodologia> . Acesso: 12 de outubro de 2018.

*Recebido 02/03/2021*

*Aprovado em 30/04/2021*